



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 257, DE 2016. (do Poder Executivo)

Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.

EMENDA DE PLENÁRIO

O art. 14 do PLP nº 257, de 22 de março de 2016, que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 73-F:

“Art. 73-F Na hipótese de haver, na data da publicação desta Lei Complementar, candidatos aprovados dentro das vagas previstas em Editais de concursos públicos já homologados, a nomeação desses novos servidores poderá ser realizada se a despesa total com pessoal dos respectivos Poderes ou Órgãos não exceder a 95% dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20, ficando ressalvada, para esse caso específico, a aplicação da regra geral de vedação prevista no artigo 22, § 1º, IV”.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2016.

**Deputado Antônio Imbassahy
PSDB/BA**